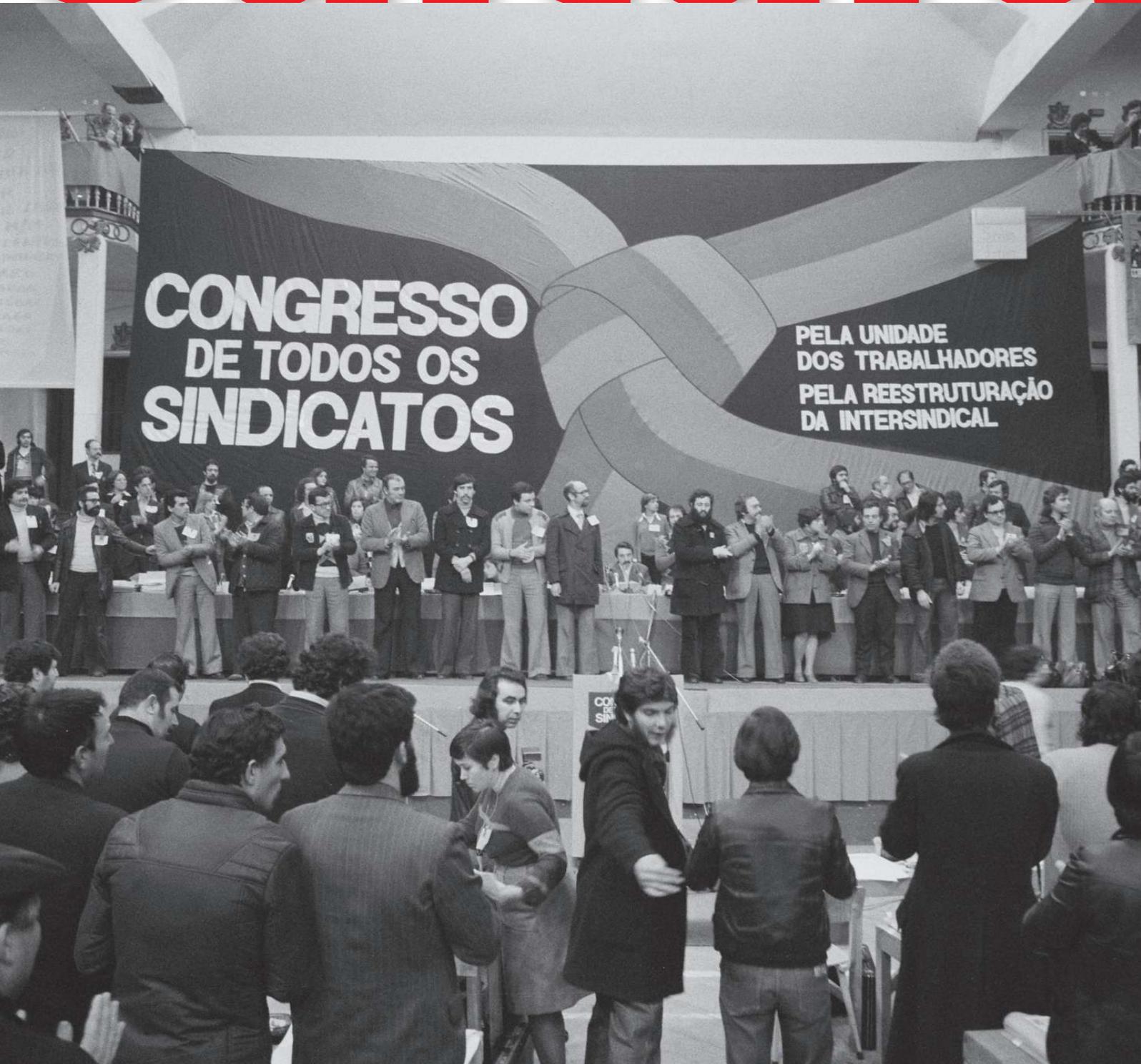


CGTP
INTERSINDICAL NACIONAL

Director: Fernando Gomes Série II | nº 2 | Janeiro 2012
ISSN: 1647-7359

Cultura



A realização do 12.º Congresso da CGTP-IN surge, como sabemos, num momento particularmente difícil para a sociedade portuguesa, em especial para os seus trabalhadores. Curiosamente, decorrem 35 anos desde a realização do Congresso de Todos os Sindicatos, realizado em Janeiro de 1977, e, como refere Carvalho da Silva, na entrevista que publicamos neste número, apesar do contexto actual ser manifestamente diverso, os desafios e as temáticas sindicais que estão na ordem do dia permanecem, genericamente, os mesmos. A situação económica e social assim o determinam, mas os valores e os princípios históricos do movimento sindical, que poderíamos sintetizar na «[...] valorização e a afirmação da dignidade no trabalho e das condições no trabalho [...]» mantêm-se inalterados desde as suas raízes, incitando ao inconformismo, à acção.

Por isso, quisemos evocar a memória desse 2.º Congresso da CGTP-IN, fundamental «[...] não só pela sua preparação ampla, democrática e unitária, mas pela importância das conclusões e decisões [...]», nas palavras de Maria do Carmo Tavares.

O Congresso que agora se realiza é, pois, um momento muito oportuno para reflectirmos sobre aquele importante momento na história do movimento sindical português, mas também, de uma forma geral, sobre o percurso histórico mais dilatado no tempo desse movimento e a forma como foi procurando responder aos desafios que se foram colocando aos trabalhadores.

Desafios e dificuldades que se alargam também, no momento presente, ao âmbito cultural. Num país em que o sector cultural e criativo representa 2,8% da riqueza gerada e dá emprego a cerca de 127 000 trabalhadores, a tendência, paradoxalmente, é para o desinvestimento e para a despromoção do valor da cultura. De acordo com o Sindicato dos Músicos, dos Profissionais do Espectáculo e do Audiovisual (CENA), o «[...] que está em curso é uma tentativa política de castrar a capacidade de desenvolvimento intelectual através da imposição de uma Cultura que sirva apenas para propagandear e manter o estado de coisas actual na sociedade portuguesa.»¹

Atribuímos, também, especial destaque, neste número, aos resultados do Projecto de Preservação, Organização e Valorização do Acervo Documental da CGTP-IN, que vos apresentámos na edição anterior, pela importância que teve não apenas ao nível da salvaguarda do património documental da Intersindical, mas também pelas condições e ferramentas que criou no sentido de que esse trabalho possa ter continuidade, inclusivamente, se possível, alargando-se à restante estrutura sindical.

Fernando Gomes

Membro da Comissão Executiva do Conselho Nacional

Responsável pelo Departamento de Cultura e Tempos Livres e Centro de Arquivo e Documentação da CGTP-IN

FICHA TÉCNICA

Título: CGTP Cultura
Série II, n.º 2, Janeiro 2012

Director: Fernando Gomes
Edição: CGTP-IN (Departamento de Cultura e Tempos Livres)
Periodicidade: Semestral
Tiragem: 6000
Layout e paginação: Formiga Amarela – Oficina Textos e Ideias
Impressão e acabamentos: Fotolitaria – Produção Gráfica e Publicidade, Lda

Depósito Legal n.º:
ISSN: 1647-7340 (versão impressa);
1647-7359 (versão electrónica)

Contactos:
Rua Victor Cordon, n.º 1, 2.º
1249-102 Lisboa
Tel.: 213 236 500
Fax: 213 236 695
cgtp@cgtp.pt

O boletim pode ser consultado, também, em <http://cad.cgtp.pt>

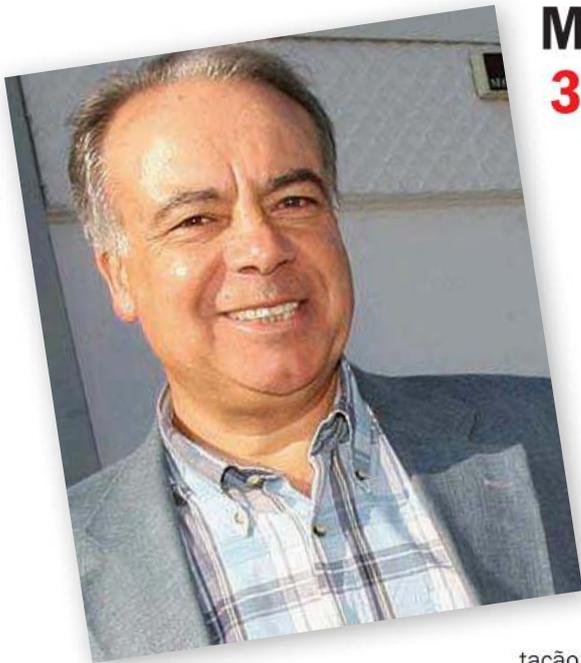
Apoio de:



Manuel Carvalho da Silva: 35 anos de actividade sindical vivida	3
O Congresso de Todos os Sindicatos	9
Acervo documental da CGTP-IN	10
Jornada Internacional	12
Centenário da I República	14
Assegurar o acesso aos meios e instrumentos culturais é uma prioridade	16
Memórias de uma Missão cumprida, de Guida Vieira	18
Bernardo Santareno e o teatro português contemporâneo	19
Efemérides Alavanca	20
Cartão CGTP: Protocolos	21
40 anos de luta com os trabalhadores (1970-2010)	24

¹ Cfr. Comunicado do CENA – Sindicato dos Músicos, dos Profissionais do Espectáculo e do Audiovisual sobre os cortes nos apoios anunciados ontem pela DGArtes [Em linha]. 22 de Novembro de 2011. [Consult. 12 Dez. 2011]. Disponível em: https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=explorer&chrome=true&srcid=0B3NIHvEbBt6IMzE1YzQ5MTtEh0S00Njg4LWEyMDAtYTk4NDImYWQ5ODIw&hl=en_US

Manuel Carvalho da Silva, dirigente do Sindicato dos Electricistas do Norte e da União de Sindicatos do Porto, eleito para o Secretariado Nacional (actual Conselho Nacional) da CGTP-IN no Congresso de Todos os Sindicatos, em Janeiro de 1977, Coordenador e Secretário-geral desde o 5.º Congresso, realizado em Maio de 1986.



Manuel Carvalho da Silva 35 anos de actividade sindical vivida

C: Foi eleito para o Conselho Nacional no 2.º Congresso, realizado entre 27 e 30 de Janeiro de 1977. Que desafios se colocavam então ao movimento sindical e que importância desempenharam nos debates que animaram os trabalhos?

MCS: O órgão para que fui eleito então denominava-se Secretariado Nacional, se não estou em erro, era composto por 25 membros e a Comissão Executiva ainda não era estatutariamente um órgão, era um órgão informal. Fui eleito no Congresso de Todos os Sindicatos, o 2.º Congresso da Intersindical, no final de Janeiro de 1977, mas tinha participado na Comissão Organizadora Provisória e na Comissão Organizadora do Congresso. Fiz parte daquilo que foi, talvez, o núcleo central do desenvolvimento desse trabalho preparatório, embora tenha trabalhado, fundamentalmente, no Norte do país. Vivi intensamente a preparação do Congresso

desde o início de 1976. Era, na altura, membro do Secretariado da União dos Sindicatos do Porto, desde Junho de 1975, o que me deu a possibilidade de estar inserido em toda a dinâmica organizativa e na abordagem dos temas. Aliás, foi relembra-

do, quando se fez a apresentação do livro *CGTP-IN: 40 anos de luta com os trabalhadores (1970-2010)*, que quem tinha apresentado o relatório da Comissão Organizadora ao Congresso fora eu, já nem me lembrava disso. Os desafios que se colocavam então eram delicados e daí a importância desse Congresso. Acho que se podem situar, essencialmente, três campos. Primeiro, o país vivia um período a que chamarei de saída do período revolucionário, do comumente designado PREC. Aqueles dois anos entre 1974 e 1976 foram anos de enorme e importantíssima dinâmica revolucionária, de transformação progressista profunda das condições do país, do ponto vista social, económico, cultural e político. Como em qualquer processo revolucionário, houve também situações e processos contraditórios. Entretanto, em 2 de Abril de 1976, a Constituição da República tinha entrado em vigor. Antes, tinha havido o 25 de Novembro de 1975 (o 1.º Congresso da Intersindical tinha-se realizado no Verão anterior), que mar-

cou uma certa inversão na tendência de algumas realidades que se desenvolviam nesse processo revolucionário e, nesse contexto político, o papel e os caminhos do sindicalismo em Portugal estavam em convulsão. Segundo, havia, assim, a necessidade de reflexão e definição de rumo que estabilizasse e desse força ao projecto sindical. Tinha havido a “guerra” da unicidade sindical, que tinha deixado marcas, e, no seio dos sindicatos, leituras diferenciadas sobre

o Congresso de Todos os Sindicatos assume a interpretação de identificação com o projecto constitucional de uma forma muito forte (...) e recebe novos impulsos do ponto de vista da concepção do que deve ser um movimento sindical unitário, democrático e independente, de massas e de classe

É no Congresso de Todos os Sindicatos, 2.º Congresso da Intersindical, que é adoptada a sigla “CGTP-IN”, o que tem a ver, também, com a concepção e com o que queríamos do projecto. A mudança da sigla tem uma relação forte com o combate pela unidade

questões políticas e outras. Em 1976, tinha surgido a chamada “carta aberta”, ou seja, estava no terreno a ameaça de divisão do movimento sindical. Aliás, o sindicato a que eu pertencia, o Sindicato dos Electricistas do Norte, foi um dos que esteve na fase inicial da “carta aberta”. Havia, portanto, uma necessidade de estabilização, em particular, na leitura política do tempo e condições que se estavam a viver, e quero realçar isso porque o Congresso de Todos os Sindicatos tem uma postura em relação à Constituição da República que vai marcar a vida do movimento sindical português e, em particular, da CGTP durante muito tempo. Assume a interpretação de identificação com o projecto constitucional de uma forma muito forte; há discursos, intervenções na preparação do Congresso e no próprio Congresso que mostram isso: interpretação do projecto constitucional, dando força a uma leitura progressista bem sustentada, e um assumir da afirmação e defesa desse projecto. O Congresso coloca o projecto da CGTP-IN, que, nesse Congresso, recebe acertos e novos impulsos do ponto de vista da concepção do que deve ser um movimento sindical unitário, democrático e independente, de massas e de classe, como nós o definimos, e com um forte sentido solidário, no plano nacional e internacional. Essa postura vai marcar, como disse, a vida do movimento sindical durante décadas. O movimento sindical coloca-se, inequivocamente, do lado da lei, na afirmação dos conteúdos da lei, no mais profundo sentido da sua interpretação, ou seja, do projecto constitucional, da lei das leis. O Congresso faz, também, um reacerto de posições em relação à lei sindical que vai ser influente (aliás, houve um episódio interessante: no decorrer do Congresso foi necessário deitar a mão a um projecto que estava em discussão, apresentado ao Congresso por sindicalistas ligados ao MRPP. O Congresso trabalhou esse projecto, modificando-o em alguns aspectos e ele tornou-se importante no vincular de uma interpretação da lei sindical ao projecto constitucional).

Era preciso um reacerto de posições em relação às questões económicas,

à reforma agrária, ao papel do Estado na economia, às diversas formações económicas e o seu relacionamento. E já surgia na agenda política o objectivo de solicitar a adesão do país à Comunidade Económica Europeia. É um Congresso onde todas essas matérias estão muito presentes.

O Congresso formula uma série de reivindicações, de propostas e de orientações do ponto de vista de conteúdos concretos que é preciso trabalhar para responder aos problemas dos trabalhadores e do país, que vão catapultar a acção sindical durante muito tempo, em conquistas sindicais, feitas de forma progressiva, algumas das quais se projectam por anos, ligadas ao horário de trabalho, ao emprego, à retribuição do trabalho, às condições de trabalho, a direitos nos mais diversos campos, à segurança social, que foi sempre um tema muito importante na vida da Central. Um terceiro campo trabalhado foi o da fortíssima luta pela unidade do movimento sindical. Esse foi um grande desafio. Foi um Congresso que procurou o máximo possível de compromissos, para evitar a divisão ou, perspectivando a possibilidade de haver divisão, que ela não fosse uma divisão forte por dentro do movimento sindical, que deixasse a Intersindical de fora do seu papel de cerne de todo o movimento sindical. O desafio da unidade, nos contornos e objectivos que aí se colocaram, foi muito bem pegado, embora não se tenha finalizado aí. Ele projectou-se durante um largo período. Recordo que é no Congresso de Todos os Sindicatos, 2.º Congresso da Intersindical, que é adoptada a sigla “CGTP-IN”, o que tem a ver, também, com a concepção, com o que queríamos do projecto (CGTP-IN). A mudança da sigla tem uma relação forte com esse combate pela unidade. Assen-

te num exercício de memória histórica, discutiu-se muito o porquê da “CGT”, até porque esta sigla não tem apenas um significado histórico em Portugal, mas também noutros países. Estes foram, na minha leitura, os três grandes campos de trabalho do Congresso.

C: Precisamente a propósito desta questão da unidade, José Ernesto Cartaxo considera, numa publicação editada no ano passado pela CGTP-IN, que o «[...] Congresso de Todos os sindicatos entrou para a história do movimento sindical como um ponto muito alto da luta pela unidade e pelo reforço da organização sindical.» Decorridos 35 anos, considera que estes desafios continuam actuais? Que outras dificuldades essenciais enfrenta o movimento sindical actualmente?

MCS: Essa referência do Cartaxo é muito oportuna, aliás, o que é natural, pois ele teve um papel importante, como alguns outros camaradas, na Comissão Organizadora Provisória e na Comissão Organizadora; o Cartaxo vinha trabalhando desde finais de 1975 numa acção pré-preparatória (começou a ver-se a necessidade de preparação de um Congresso a muita distância).

Quando ele fala no desafio da organização, é verdade, porque para salvar a unidade era preciso trabalhar fortemente em dois planos: o plano orgânico e a acção no terreno, até porque estávamos debaixo de um significativo ataque ao movimento sindical. É desse período de aproximação ao Congresso e do período a seguir que emerge a célebre frase, às vezes atribuída ao Maldonado Gonelha, de “partir a espinha à Intersindical”.

Havia um trabalho de organização a fazer e uma unidade a tratar a partir do

trabalho de organização na base. Nesse contexto, era preciso dar sinais por cima, no Congresso de Todos os Sindicatos, reflectidos nos órgãos de direcção da Central e no seu funcionamento e práticas. A composição do seu Conselho Nacional [Secretariado] foi muito debatida, onde entraram quadros que, pouco menos de um ano antes, eram quadros que se posicionavam numa atitude frontalmente contra a Intersindical. Estou-me a recordar do Gualdino Reis, que era dirigente dos motoristas do Porto, talvez a figura de sindicalista que tinha sido mais duramente contestatária e activo em acções contra a Intersindical, mas que veio a entrar no Secretariado. Um compromisso grande dos sindicatos e dirigentes destacados, por exemplo, da área do Partido Socialista, como o Kalidás Barreto e outros, que entraram nesse Secretariado, e outros. Houve a preocupação de, no órgão de direcção da Central, se consolidar uma equipa que desse uma referência forte de composição unitária e que funcionasse com coesão, com o objectivo de isso se reflectir na interpretação e práticas do movimento sindical a todos os níveis. Alguns destes dirigentes, e eram um número significativo, pertenciam a sindicatos que não eram filiados na Intersindical, como era o meu caso (foi apenas após o 2.º Congresso que o sindicato a que pertencia veio para a Intersindical). Era, pois, preciso um trabalho de unidade voltado para a dimensão orgânica, que levas-

se à filiação de muitos daqueles sindicatos que se tinham comprometido no Congresso de Todos os Sindicatos, que levasse à consolidação do seu compromisso com o projecto. E houve imensas filiações nos anos seguintes. Esse foi um trabalho muito exigente, do ponto de vista da discussão, da construção de argumentos, de sensibilização, que demorou um tempo significativo. Depois havia a necessidade de responder na base, construindo uma resposta efectiva a essa ofensiva de “partir a espinha ao movimento sindical”, ou seja, para que a CGTP Intersindical não perdesse base e aumentasse o número de trabalhadores sindicalizados nos seus sindicatos. Julgo que se conseguiram muitos êxitos. Veio a realizar-se uma primeira conferência de organização, em Fevereiro de 1979, mas este trabalho prolongou-se até 1984-5, com um momento muito decisivo no 1.º de Maio de 1982, com muita intensidade. A sigla MSU (Movimento Sindical Unitário) muito presente no Congresso de Todos os Sindicatos, só se consolida organicamente, em termos de significado, muito tempo depois. E a entrada dos sindicatos dos

professores e alguns outros, é de há poucos anos.

Que similitudes se podem identificar entre esse processo e os desafios actuais? Vivi de perto esse processo, porque entrei para o Secretariado, fui eleito para a Comissão Executiva, que éramos 9, e fiquei na Central com a responsabilidade do Departamento de Organização Sindical, onde estive até ao fim de Maio de 1986. Portanto, acompanhei e tive papel com algum significado nas duas conferências de organização sindical e um papel activo em todo esse período de consolidação orgânica e de trabalho na base, quer na equipa que dirigia o trabalho da Central, quer no terreno. Acho que existe alguma similitude com a situação de hoje, embora os contextos sejam profundamente diferentes. Portugal integrou-se na União Europeia, o projecto europeu, entretanto, assumiu uma dimensão que naquela altura não era ainda previsível e hoje está num preocupante desnorte, depois todas as transformações que se foram operando no mundo, do ponto de vista tecnológico, científico, comunicacional, depois a aproximação à “queda do muro de Berlim” e os impactos que daí resultaram, o desenvolvimento do processo de globalização marcadamente capitalista, com ideologia e práticas neoliberais e belicistas. As coisas mudaram muito no plano nacional, europeu e mundial. Estamos desafiados a fazer um exercício de memória histórica, essencialmente para recompôr capacidades de resistência e uma articulação entre a capacidade de resistência e uma atitude ofensiva num contexto de forte retrocesso social e civilizacional e de fragilização da

democracia. Acho que estamos desa-

© Arquivo fotográfico CGTP-IN / K37-29



Pintura de panos para o 2º Congresso.



Reunião de preparação do 2º Congresso.

© Arquivo fotográfico CGTP-IN / K38-21

fiados a visitar o que foi o esforço para a consolidação do projecto unitário em 1976/1977, o que foram as opções aí tomadas, em relação a diversos aspectos, no plano político, no plano orgânico, do ponto de vista do tipo de trabalho. Desafiados, até, a ir um pouco mais tarde, ver como é que os sindicatos desenvolveram todo o seu trabalho de criação das reuniões intersindicais, porque esse era um tempo de acção em ausência de liberdade. Fazer este exercício de memória histórica, mas para nos voltarmos para o futuro.

Hoje, acho que há um problema de construção e reconstrução de solidariedades entre as gerações e de construção de identidades entre cada geração que se tornou mais complexo, até fruto das condições em que a juventude se encontra, debaixo de uma precarização enorme e de uma pressão que lhes querem incutir, de que o seu futuro tem que ser pior do que o dos seus pais ou avós; este é um dado novo significativo. Por outro lado, existem rupturas no plano da estruturação, organização e funcionamento da estrutura económica do país e observa-se uma fragilização entre as relações política e económica, fruto de promiscuidades e corrupção que se ampliaram, e há dinâmicas que vêm de fora que hoje são muito mais influentes e exigentes. Aquilo que se passa na União Europeia, em particular, mas também no plano global, tem hoje efeitos imediatos muito fortes sobre a vida da sociedade portuguesa. Nesse período, essas influências eram menores, portanto, esta é uma dimensão nova.

Quanto aos temas prioritários para o sindicalismo, há dimensões novas, claro, mas eles são, no seu cerne, os mesmos, porque, historicamente, o movimento sindical é a valorização e a afirmação da dignidade no trabalho e das condições no trabalho e estamos sempre forçados a discutir, desde logo, a retribuição

do trabalho. Há uma tentativa fortíssima de redução da retribuição do trabalho, de desvalorização do salário e de manipulação do conceito de salário, tentando fazê-lo regredir para uma espécie de subsídio de subsistência. Portanto, o valor do salário precisa de ser discutido e defendido, e vai ser um desafio enorme para o movimento sindical.

Há o problema do tempo. Não me canso de dizer que o tempo é o bem social mais importante depois da saúde e que é um tema que precisa de ser tratado com muito equilíbrio. O tempo de trabalho está a ser aumentado (e com diminuição da retribuição) e põe em causa o tempo do não trabalho, os diversos tempos e formas de ter actividade, o tempo do lazer, o tempo da família. O tempo e a sua utilização vão estar no centro das grandes questões dos tempos futuros. Está na ordem do dia o combate à precariedade, de que já falámos. Já noutros tempos foi uma questão fundamental. O sindicalismo nasce no combate efectivo às precariedades. Quando se apresenta a precariedade como moderna, é necessário termos presente que os sindicatos têm uma história e grande parte da sua luta foi contra a precariedade, no sentido de reduzir e eliminar as inseguranças e instabilidades absolutas do trabalho, como fonte de estabilização da vida das pessoas e da sociedade, para conquistar progresso.

É premente e fundamental o combate pela contratação colectiva. O sindicalismo, como o conhecemos no seu

percurso histórico, e muito em particular a partir das últimas décadas do século XIX e durante todo o século XX, tem na afirmação da contratação colectiva um campo de acção de enorme relevo e a questão está aí colocada novamente, porque há toda uma tentativa de individualização das relações de trabalho e de desarmar o significado e o valor dos compromissos colectivos que a contratação colectiva corporiza.

Temos o desafio da defesa do Estado social. A consolidação do Estado-nação, no final do século XIX e todo o século XX, tem uma relação profunda, na Europa e não só, com a evolução do Estado social. Isto significa que, quando os direitos sociais estão em causa, devemos ter cuidado, porque relacionado com essa fragilização está, provavelmente, uma desestabilização forte do Estado enquanto instituição de compromisso colectivo das sociedades, que até hoje foi a mais sólida que se encontrou para garantir solidariedade universalista e avanço da igualdade.

Estes são desafios que têm que ser encarados no contexto de que falava, em que as dinâmicas externas têm influências imediatas fortes, em que ao nível das instituições de poder, quer nacionais, quer internacionais, são mais fortes as instituições não credibilizadas, as não sufragadas, as não reconhecidas pela participação dos povos, do que as instituições a quem foi dado mandato democrático.

Neste momento, em Portugal, estamos a ser governados com um programa de governo de um entidade que se chama Troika, que se sobrepõe às decisões dos portugueses, desresponsabilizando os partidos e as nossas instituições democráticas. Ou seja, os últimos governos não têm programa, esse é de uma entidade que não está credenciada. A Troika não é nenhuma entidade a quem tenha sido dado um mandato para governar Portugal, mas está a governar, com o governo do país a portar-se, vergonhosamente, como o governo de um país ocupado. Humilham os portugueses, quando nos impõem esse





2º Congresso. Vista Geral.

programa como sinónimo de “interesse do Estado”.

O sindicalismo está, até pelos desafios que dizia que tem de enfrentar, desafiado a sobreviver, a revitalizar-se e a ser actor das mudanças profundas que são necessárias. Vou sair de dirigente sindical, embora vá continuar a reflectir e a procurar agir na área das questões do trabalho e do desenvolvimento, dando o meu contributo, mas tenho confiança de que os sindicatos vão ter capacidade para responder a estes desafios: os sindicatos, tal como muitas outras organizações, sociais e políticas, não podem ser derrotados neste processo, porque, se isso acontecesse, o descalabro na sociedade seria inimaginável. Mesmo com os sindicatos a terem capacidade para resistir, pode haver uma fragilização muito grande no funcionamento da sociedade e estarmos numa situação social e política muito grave. Se impusessem uma destruição profunda do sindicalismo, isso significaria, certamente, usando uma palavra popular, uma borrasca imensa, gravíssimos conflitos e retrocesso social, cultural, político, civilizacional muito profundo no plano de um país ou no plano mundial.

Desde a emergência das chamadas sociedades industriais e nas suas diversas fases, o sindicalismo, denunciando sempre as injustiças, tendo uma atitude de crítica e de busca de alternativa ao sistema capitalista, agiu no sistema, criando, pela sua acção e luta, conquistas, compromissos e equilíbrios significativos. Se houver a loucura de atacar violentamente o sindicalismo e

um contexto em que não estão encontradas alternativas para o seu papel, tudo poderá ser muito complicado. Será que as roturas vão ser muito mais profundas do que imaginamos?

Julgo que os trabalhadores e os povos sabem que a defesa do sindicalismo não é apenas uma questão dos trabalhadores, é uma questão que diz respeito, também, à sociedade e que vão ter capacidade para responder.

Neste 12.º Congresso da CGTP-IN, é preciso estar bem vivo na mensagem à sociedade um forte apelo que afirme o lugar e o valor do sindicalismo. Isso pode ser um contributo muito grande para se evitarem, como disse, desastres mais profundos, no plano nacional.

C: Se atendermos ao programa de acção aprovado naquele Congresso, aos vários números do jornal *Alavanca* publicados posteriormente, às diversas edições, documentos de arquivo e às iniciativas realizadas, é manifesto o forte papel interventivo da CGTP-IN e do movimento sindical, a nível nacional, no que respeita a dinamização cultural, desportiva e dos tempos livres dos trabalhadores. Em seu entender, que papel se deverá reservar o movimento sindical, actualmente, quanto a esta área de intervenção? Como articular a intervenção cultural de origem sindical com o trabalho sindical prioritário, com a luta estritamente sindical?

MCS: Historicamente, o movimento

sindical sempre deu grande atenção à questão da formação dos trabalhadores e da cultura. Depois, tem períodos em que, perante as pressões mais imediatas, diminui a sua capacidade de resposta específica nesta área. Também há períodos de fragilização do movimento sindical e de perda de quadros, em termos médios, é natural. Mas há sempre, no percurso histórico, a constatação de uma atenção forte à formação, por um lado, e à cultura, por outro. E as duas coisas estão profundamente articuladas. No período a seguir à revolução e, muito em particular, depois do Congresso de 1977, fizeram-se imensas coisas, mas isto não se fez desligado da dinâmica

Desde a emergência das chamadas sociedades industriais (...) o sindicalismo, denunciando sempre as injustiças, tendo uma atitude de crítica e de busca de alternativa ao sistema capitalista, agiu no sistema, criando, pela sua acção e luta, conquistas, compromissos e equilíbrios significativos

da sociedade. O movimento sindical tem que fazer o seu papel, mas não é possível que crie um movimento cultural forte a partir do espaço em que trabalha, se não existirem na sociedade dinâmicas de outras componentes, de outros espaços da sociedade que estejam predispostos, também, para fazer evoluir o trabalho cultural. Recordo-me de quando assisti, talvez em 1977/78, a um espectáculo no pavilhão da CUF do Barreiro, em que a improvisação do Carlos Paredes e do António Vitorino de Almeida foi uma coisa absolutamente espantosa. Eles sentiram-se entusiasmados com aquela moldura humana de operários do Barreiro e, a partir de determinada altura, começaram a improvisar e nunca mais acabavam, uma coisa lindíssima. Não me recordo de nenhuma interpretação do Paredes tão vivida, tão sentida. Faço esta referência para dizer que não era só o movimento sindical que dava atenção; havia na sociedade participações fortes e essa dinâmica favorecia a acção própria dos sindicalistas nesta área.

Para sintetizar. O trabalho histórico do movimento sindical, que teve necessidade de dar atenção à formação dos quadros e à cultura dos trabalhadores,

a fragilização da transmissão de valores culturais de diversa ordem está inserida no ataque que o neoliberalismo faz no sentido de apagar a memória histórica do povo. Se não há manifestações culturais, nas mais diversas dimensões, que mantenham a identidade do povo, ele fragiliza-se

coloca-se hoje, fortemente, em três ou quatro dimensões. Primeiro, é indispensável que um povo não perca referências da sua cultura. E a fragilização da transmissão de valores culturais de diversa ordem está inserida no ataque que o neoliberalismo faz no sentido de apagar a memória histórica do povo. Se não há manifestações culturais, nas mais diversas dimensões, que mantenham a identidade do povo, ele fragiliza-se. Fragiliza-se a sua capacidade de agir, a sua capacidade de resposta. Segundo, a cultura é formação, o que está ligado à primeira observação que fiz. Precisamos de memória e de termos solidez e sustentabilidade nas nossas posições para encararmos os desafios da sociedade, precisamos de recordar de onde vimos, onde estamos, saber o que somos e o que circula no mundo, para traçarmos o nosso destino e o construirmos. Não se trata apenas de dar continuidade à nossa cultura, ela é integrada pelas outras; estamos em tempos de multiculturalidade, no plano do espaço de cada país, mas também no plano mundial, de exigências maiores do que em qualquer outra fase. Não podemos pensar o nosso espaço cultural fechado. O terceiro é a cultura e as alianças sociais. É preciso dinamizar actividades associadas a contactos, a desafios de relacionamento e de interacção entre indivíduos e entre organizações, contactar e interagir com outros espaços e com outras camadas e sectores da sociedade, com características e papéis diferentes do nosso, para que se possam desenvolver alianças sociais que sustentem a mobilização social e política para a mudança para a transformação social.

C: Que balanço faz destes 35 anos de actividade sindical em Portugal?

MCS: Acho que o balanço, no sentido clássico do termo, fica para os historiadores. Mas há muitos ganhos, uma dimensão positiva extraordinária. Vivemos uma fase de ameaças graves, em que a sociedade portuguesa, e não só, pode estar num caminho de retrocesso social e civilizacional muito significativo. Mas isso não quer dizer que

não tenhamos andado muito. Costumo utilizar, para sintetizar, esta imagem: pertencemos a uma geração que, quando faz esse exercício de memória histórica (a partir do tempo de que a gente se recorda), não pode deixar de sentir uma enorme satisfação, uma enorme alegria. Quando olha a situação de onde vimos e a situação onde estamos, ou seja, quando comparo aquilo que era a realidade da minha infância, da minha juventude, tenho que concluir que aquilo que percorremos, do ponto de vista geral, como projecto colectivo de desenvolvimento desta sociedade, foi muito, mesmo muito. Depois do 25 de Abril e depois de 1977, nós andámos imenso. Estávamos longe das 40 horas de trabalho e a precariedade era muito comum. Só para termos uma ideia, no 25 de Abril de 1974 (registo de memória, mas julgo que o número não anda muito longe disto), o conjunto dos trabalhadores que trabalhavam para os CTT ultrapassava os 25 000 e, desses, haveria uns 5 000 com vínculo estável; todos os outros tinham vínculos instáveis. Mas podia falar de muitas outras empresas. Avançámos na segurança social, avançámos nos direitos à saúde, nas infra-estruturas resultantes da intervenção das populações, dos sindicatos e do poder local, avançámos nos direitos de protecção à família, nos direitos de protecção na doença. Avançámos na protecção social aos mais desprotegidos, na redução do horário de trabalho – conquistámos as 40h como limite máximo muito recentemente, só em 1998, mas vamos ter força para defender essa conquista. Enfim, avançámos em muitos campos, também, naturalmente, do ponto de vista cultural. Mas a roda não anda sempre no mesmo sentido, é preciso imprimir-lhe uma força para frente; se não tivermos essa força, ela começa mesmo a andar para trás. O balanço é extraordinariamente positivo, mas estamos num período de grandes desafios.

memória

Foi um Congresso galvanizante, mas alvo de ingerências e ataques contra o Movimento Sindical

O Congresso de Todos os Sindicatos Uma realização histórica dos trabalhadores

O Congresso de Todos os Sindicatos foi uma assinalável realização histórica dos trabalhadores, não só pela sua preparação ampla, democrática e unitária, mas pela importância das conclusões e decisões, e a confirmação do papel determinante dos trabalhadores na defesa das conquistas da Revolução, e que só com os trabalhadores e nunca contra eles é possível dar respostas aos mais prementes problemas nacionais.

Foi um Congresso galvanizante, mas alvo de ingerências e ataques contra o Movimento Sindical, embora este tenha mostrado a sua vitalidade e maturidade para defender intransigentemente os direitos e conquistas e como são fortes e poderosos os sentimentos unitários dos trabalhadores.

Quando se realizou o Congresso de Todos os Sindicatos, estava em funções há quatro meses o primeiro Governo Constitucional, presidido pelo Dr. Mário Soares. As manifestações de inquietações e de apreensão pela deterioração da situação económica e financeira do país e pela cedência à direita fizeram-se ouvir. As nacionalizações eram alvo de grande ofensiva, assim como a Reforma Agrária, com a intenção de colocar de novo as alavancas fundamentais da economia nas mãos dos capitalistas e sabotadores e do imperialismo, como é referido nos documentos do Congresso.

Assim como se ouviu o protesto e indignação perante o brutal agravamento das condições de vida, a alta do custo de vida e a conseqüente diminuição do poder de compra, a multiplicação de despedimentos e as dificuldades levantadas à actividade sindical na tentativa de a enfraquecer.

No Congresso de todos os Sindicatos, para além do Programa de Acção, aprovou-se ainda um Caderno Reivindicativo Imediato, e chamou-se os trabalhadores

– os homens, mulheres e jovens, com a sua acção, iniciativa e luta, audácia e combatividade – a executar estes instrumentos, que exprimiam as mais instantes e prementes aspirações dos trabalhadores.

Passados 35 anos desde o Congresso de Todos os Sindicatos e coincidindo na mesma data, 27 e 28 de Janeiro, realiza-se o XII Congresso da CGTP-IN, embora com contornos políticos diferentes e não menos complexos que em 1977. Também é reclamada a derrota de uma política de desastre nacional, em resultado do acumular nestas três últimas décadas de políticas de direita; a exigência do papel dos trabalhadores numa política de desenvolvimento; a melhoria dos salários para uma mais justa repartição dos rendimentos e da riqueza e o combate ao desemprego.

Em 1977 lutávamos pelo descongelamento da Contratação Colectiva e pela liberdade de contratação colectiva para todos; pela actualização do Salário Mínimo Nacional (SMN); pela actualização das reformas; contra os despedimentos colectivos e o encerramento das empresas e todas as formas de sabotagem económica; por uma política de investimentos para diminuir o desemprego; por



Maria do Carmo Tavares
3.º Congresso. 6-9 de Março de 1980

uma política de substituição de importações e assente no esforço nacional e não no recurso a empréstimos externos que hipotecam a independência nacional, etc.

No XII Congresso, como já referi, num contexto diferente a nível económico, financeiro e social, as reivindicações dos trabalhadores continuam a ser contra as políticas do capital que só têm como objectivo a exploração de quem trabalha e desbaratar as poucas alavancas económicas ainda existentes e conseguir a recuperação financeira à custa da mais vil e sórdida liquidação de direitos laborais e sociais.

Como há 35 anos, só a consciência e sentido das responsabilidades dos trabalhadores e a sua luta e resistência organizada é que podem contribuir para criar alternativas que ponham termo à exploração, valorizem o trabalho e contribuam para um Portugal desenvolvido e soberano.

Maria do Carmo Tavares
Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN

Como há 35 anos, só a consciência e sentido das responsabilidades dos trabalhadores e a sua luta e resistência organizada é que podem contribuir para criar alternativas

Concluiu-se, no mês de Agosto passado, o Projecto de Preservação, Organização e Valorização do Acervo Documental da CGTP-IN

Acervo documental da CGTP-IN A preservação de uma riqueza única

Concluiu-se, no mês de Agosto passado, o Projecto de Preservação, Organização e Valorização do Acervo Documental da CGTP-IN, que se iniciara em Setembro de 2009, tendo beneficiado do apoio do Programa Operacional Potencial Humano (POPH).

O projecto, realizado pelo Departamento de Cultura e Tempos Livres e Centro de Arquivo e Documentação (CAD), teve como áreas de intervenção fundamentais: 1) a descrição e preservação da documentação que, por um lado, inspirava maiores cuidados ao nível do seu estado de conservação e cujos suportes eram, por natureza, mais susceptíveis a uma acelerada degradação física, por outro, que assumia um valor considerado fundamental para a preservação da memória da CGTP-IN e do movimento sindical unitário; 2) a criação de ferramentas para a descrição e disponibilização da sua documentação arquivística e bibliográfica, que pudessem, simultaneamente, vir a ser utilizadas pela estrutura sindical associada; 3) a recolha de testemunhos orais de dirigentes sindicais que desempenharam funções no período compreendido entre 1970 e 1977; 4) e a organização de iniciativas (culturais, editoriais) que contribuíssem para a valorização do seu



acervo documental. Em seguida, apresentamos os resultados obtidos em cada uma destas áreas de intervenção.

No primeiro ponto, destaca-se: a inventariação do arquivo fotográfico, composto por 80 000 negativos, a conservação de 12 000 e, de entre estes, a digitalização e descrição de 1200, a que estarão associadas, em linha, as respectivas imagens digitalizadas; a digitalização da totalidade da colecção de jornais/revistas Alavanca, podendo ser consultada, na íntegra, na página Web do CAD, em formato pdf; e a inventariação, catalogação e digitalização da colecção de 1 194 cartazes (a catalogação está em curso), incluindo a disponibilização em linha

das respectivas imagens.

Enquadra-se na segunda área de actuação a criação do portal Web do CAD (<http://cad.cgtp.pt>), que se constitui como a porta de entrada para os fundos documentais da CGTP-IN, bem como para a familiarização com a actividade cultural desenvolvida pelo Departamento de Cultura e Tempos Livres. O portal permite, através das aplicações, de código-fonte aberto, ICA-AtoM e Koha,

**preservação da documentação
que, por um lado, inspirava
maiores cuidados ao nível do
seu estado de conservação
e cujos suportes eram, por
natureza, mais susceptíveis a
uma acelerada degradação
física**



pesquisar, respectivamente, a documentação arquivística e bibliográfica da CGTP-IN. Uma das grandes vantagens deste tipo de software é o facto de poder ser usado a partir de qualquer ponto com acesso à Internet, facilitando, deste modo, a sua utilização pelas estruturas sindicais afectas à CGTP-IN para a descrição da sua própria documentação. De forma a facilitar e potenciar a utilização da aplicação ICA-Atom, a CGTP-IN editou o *Guia Prático do ICA-Atom*.

Da terceira vertente do projecto constou a actividade de recolha de testemunhos orais a dirigentes sindicais, recolha direccionada para o período entre 1970, ano de fundação da Intersindical, e 1977, ano em que se realizou o 2.º Congresso da CGTP-IN, mais conhecido como o Congresso de Todos os Sindicatos, por se tratar de um período em que se identificaram importantes lacunas documentais, sobretudo quanto à documentação textual. Foram efectuadas 33 entrevistas, com registo audiovisual, transcrição, edição e descrição, encontrando-se disponíveis para consulta em linha, para além das respectivas descrições, alguns excertos das gravações audiovisuais das entrevistas.

Porque a CGTP-IN pretendia atribuir ao projecto uma forte componente de divulgação e valorização do acervo documental de que é detentora, associou-lhe um conjunto de actividades com vista a concretizar esse objectivo. Trata-se da quarta vertente do projecto, que se consubstanciou, nomeadamente:

- Na organização da Exposição Comemorativa do 40.º Aniversário da CGTP-IN, patente ao público entre os dias 3 e 11 de Dezembro de 2010, na Praça Luís de Camões, em Lisboa, sendo que o material documental exposto teve origem, na sua quase totalidade, no CAD e no trabalho desenvolvido no âmbito do projecto;
- Na edição do boletim *CGTP Cultura* n.º 1, da série II, que, como meio de divulgação da actividade cultural da CGTP-IN, foi utilizado, também, para dar a conhecer, sobretudo no meio sindical, o trabalho em curso no âmbito do projecto;
- Na edição do livro *Contributos para a história do movimento operário e sindi-*

Foi necessária a criação de ferramentas para a descrição e disponibilização da sua documentação arquivística e bibliográfica, que pudessem vir a ser utilizadas pela estrutura sindical associada

cal: das raízes até 1977, apresentado a 27 de Janeiro de 2011, no Museu da Electricidade, em Lisboa. A obra tem como autores antigos dirigentes sindicais, que deixaram o seu testemunho sobre o período que vai de 1970 a 1977, testemunhos esses antecedidos de uma síntese historiográfica do percurso do movimento operário e sindical entre 1838 e 1970, de que a CGTP-IN se considera herdeira. Uma parte significativa das fontes consultadas para a elaboração desta publicação teve como base a documentação custodiada pela CGTP-IN;

- Na edição do livro *CGTP-IN: 40 anos de luta com os trabalhadores (1970-2010)*, uma selecção dos principais acontecimentos que marcaram os quarenta anos de história da CGTP-IN, divididos em três grandes temáticas: a fundação da Intersindical e as principais acções, lutas e iniciativas de carácter central e nacional, os primeiros de Maio, as greves gerais e os congressos. A introdução, selecção e organização é da autoria de José Ernesto Cartaxo, ex-dirigente sindical. A obra é amplamente ilustrada com cartazes, fotos e outros documentos com origem, na sua quase totalidade, no CAD.

O projecto findou em Agosto do ano passado, mas muito queda ainda por fazer. Falamos, por exemplo, da descrição e preservação da documentação textual em fase inactiva e das colecções audiovisual e sonora, bem como da melhoria das condições de armazenamento e acondicionamento da documentação.

Filipe Caldeira
Cultura e Tempos Livres
Centro de Arquivo e Documentação
CGTP-IN

A jornada teve como objetivo fundamental conhecer a realidade dos arquivos sindicais dos diferentes países europeus

Jornada Internacional “Arxius Sindicals Europeus: Un Model Plural”

12



A jornada decorreu no passado dia 24 de Novembro, no auditório do Arquivo Histórico da Cidade de Barcelona, tendo como objectivo fundamental «[...] conhecer a realidade dos arquivos sindicais dos diferentes países europeus, analisar a implementação de diferentes tipos de gestão arquivística nestes arquivos, debater

sobre os diferentes modelos arquivísticos e os problemas que colocam, difundir a existência de um tipo de arquivo que é pouco conhecido, mesmo entre os arquivistas, e estabelecer ligações entre os diferentes arquivos e seus profissionais à escala europeia.»¹

O evento foi organizado pelo Arquivo Histórico das Comisiones Obreras (CCOO) da Catalunha², na dependência da Fundação Cipriano Garcia, com a colaboração do Arquivo Histórico da Cidade de Barcelona³, a Associação de Arquivistas e Gestores de Documentos da Catalunha⁴ e o Centro de Estudos sobre as Épocas Franquista e Democrática⁵, e com o apoio dos Arquivistas sem Fronteiras⁶ e da Escola Superior de Arquivística e Gestão de Documentos⁷.

Ao longo da jornada, a identificação e o debate em torno das principais dificuldades sentidas pelos arquivos sindicais na sua actividade quotidiana terão sido, talvez, os aspectos que mais se evidenciaram. Entre as principais dificuldades identificadas contam-se: a destruição de documentos, em resultado de inunda-

¹ Cfr. o programa da jornada em: http://www.fciprianogarcia.ccoo.cat/pdf_documents/jornada_arxius.pdf.

² Disponível em: <http://www.fciprianogarcia.ccoo.cat/ciprianogarcia/arxiuhistoric/index.aspx>.

³ Disponível em: http://w110.bcn.cat/portal/site/ArxiuHistoric/menuitem.ab2d885af1118530cef7cef7a2ef8a0c/?vgnnextoid=1eb8692b13e7c210VgnVCM10000074fea8c0RCRD&vgnnextchannel=1eb8692b13e7c210VgnVCM10000074fea8c0RCRD&lang=ca_ES.

⁴ Disponível em: <http://www.arxiv.org/>.

⁵ Disponível em: <http://www.cefid.uab.es/>.

⁶ Disponível em: <http://www.arxiv.org/ca/index.php>.

⁷ Disponível em: <http://www.esaged.com/>.

Será o esforço investido na digitalização e divulgação online de acervos documentais apenas uma medida de marketing institucional, onde contam as imagens e os números?

ções e incêndios, mas também de processos de fusão de estruturas sindicais ou como consequência de processos de eliminação que não obedecem a critérios de selecção previamente definidos; dispersão de documentação por partidos políticos ou por dirigentes sindicais; falta de recursos humanos e financeiros; formação inadequada dos recursos humanos; e condições ambientais impróprias no que respeita a preservação dos acervos documentais. Como pano de fundo desta realidade, há que assinalar, por um lado, a visão historicista que enformou a criação dos arquivos sindicais, o que se manifesta na sobrevalorização do tratamento da documentação em fase histórica, por outro, a escassa reflexão que em torno desta temática se tem vindo a produzir.

A questão da digitalização também mereceu amplo destaque, sobretudo na primeira sessão de debate, colocando-se em causa o seu verdadeiro papel num mundo tão mediatizado. Será o esforço investido na digitalização e divulgação online de acervos documentais apenas uma medida de marketing institucional, onde contam as imagens e os números? Os vários intervenientes da mesa a quem a questão foi colocada procuraram justificar a mediatização, neste contexto, como um mal menor, tendo em conta a necessidade de chamar a atenção para

A digitalização documental não tem em vista, apenas, a divulgação e atracção de utilizadores, tem também como função essencial a preservação dos documentos originais.

a realidade dos arquivos sindicais e da riqueza da documentação de que são detentores. Além disso, acrescentaram, a digitalização documental não tem em vista, apenas, a divulgação e atracção de utilizadores, tem também como função essencial a preservação dos documentos originais. Ambos estes objectivos são fundamentais e devem, idealmente, estar subjacentes a qualquer projecto de digitalização.

Relativamente aos softwares de descrição documental, ficámos a saber que o Arquivo Histórico das Comisiones Obreras de Barcelona também utiliza, desde a sua versão beta, lançada em 2008/9, a aplicação ICA-AtoM, para a descrição da sua documentação de arquivo, bem como o Koha, para a descrição da sua documentação bibliográfica. O Centro de Documentação da UGT da Catalunha, por sua vez, utiliza, desde 2006, a aplicação proprietária FileMaker, que pode ser modulada à medida das necessidades de cada organização, permite trabalhar em níveis, dispõe de um módulo internet e permite associar documentos digitais (doc, pdf, txt).

Perante um auditório, com capacidade para 60 pessoas, quase repleto, na sua maioria, de arquivistas e bibliotecários da administração pública, as várias intervenções que constituíram esta iniciativa permitiram conhecer os modelos de organização, tratamentos em curso, fundos documentais custodiados e softwares de descrição utilizados pelos arquivos históricos das CCOO da

Catalunha e da Andaluzia⁸, do Centro de Documentação da UGT da Catalunha⁹, da Fundação Salvador Seguí¹⁰ e, naturalmente, do Centro de Arquivo e Documentação da CGTP-IN¹¹.

De destacar, também, a intervenção do director do Arquivo Nacional da Catalunha, que falou sobre a política de aquisições daquela instituição relativamente aos fundos de arquivos privados, onde se enquadram os arquivos sindicais, e apresentou uma relação de fundos documentais onde pode ser encontrada documentação relativa a associações sindicais, ao movimento operário e a reivindicações sociais.

Pelo facto de ser uma vertente do sindicalismo pouco abordada em Portugal, nomeadamente no que respeita à sua documentação, destacamos, ainda, a intervenção de Àngels Rodríguez, que representou a Fundação Salvador Seguí, uma organização fundada em 1986 como Centro de Estudos Libertários e que tem como um dos seus objectivos a recolha, organização, conservação e divulgação de documentação relativa ao movimento operário, anarco-sindicalismo e movimento libertário.

Filipe Caldeira
Cultura e Tempos Livres
Centro de Arquivo e Documentação
CGTP-IN

⁸ Disponível em: <http://www.archivoshistoricos.ccoo.es/O2andal.htm>.

⁹ Disponível em: <http://www.centredocumentaciougt.org/>.

¹⁰ Disponível em: <http://www.fundacionssegui.org/>.

¹¹ De acordo com a organização, estaria ainda prevista a participação de um representante dos arquivos da CGIL, o que não se pôde concretizar pelo facto da data coincidir com a jornada nacional dos arquivos daquela confederação sindical italiana.

Centenário da I República

O papel e intervenção do Movimento Sindical (III)

A UON convoca, para 14 de Setembro de 1918, comícios contra a carestia de vida nas principais regiões do país. O Governo decide proibi-los.

Face a esta decisão, a UON convoca uma greve geral para 18 de Novembro. Ainda que nela se tenha empenhado todo o movimento sindical, a verdade é que factores diversos contribuíram para que ela não tenha alcançado nenhum dos objectivos pretendidos, que eram os constantes da reivindicação apresentada a Machado dos Santos.

Entre alguns desses factores encontram-se, desde logo, a prisão, nas vésperas, de mais de 300 sindicalistas e membros dos piquetes de greve, as difíceis condições de vida, a epidemia conhecida pela pneumónica.

O fracasso da Greve Geral foi o pretexto para uma ofensiva em larga escala contra o movimento sindical.

A 21 de Novembro, a sede da UON é assaltada por civis armados, ante a passividade da polícia e das autoridades. Os dirigentes sindicais envolvidos na greve foram presos, muitos trabalhadores despedidos. No dia 22, em Portimão, o Exército assassina 4 trabalhadores em greve.

A imprensa afecta a Sidónio Pais lança uma campanha visando denegrir as lutas dos trabalhadores e

associando estas à Revolução Russa de 7 de Novembro de 1917.

A 14 de Dezembro, Sidónio Pais é assassinado na Estação do Rossio, em Lisboa. Na gestão para a saída da crise provocada pela morte do ditador, assistem-se a várias tentativas para restaurar a monarquia.

As Juntas Militares do Norte e do Sul, de orientação sidonista, exigem a constituição de um governo composto por sidonistas e por monárquicos.

A eleição do Almirante Canto e Castro, ainda que reconhecidamente monárquico, e a constituição de um governo em que participava um leque muito amplo de personalidades não satisfazem diversas unidades militares, que decidem sublevar-se.

Dois Regimentos do Exército ocupam Monsanto, em Lisboa, a 23 de Dezembro. Paiva Couceiro, o líder histórico das forças monárquicas, proclama no Porto a Monarquia do Norte.

A contribuição da União Operária Nacional para uma saída republicana e democrática foi determinante.

Abandonando o seu apoliticismo tradicional, decide mobilizar todas as forças para salvar a República. O seu apelo aos trabalhadores para pegarem

em armas e a convocação de enormes manifestações populares de apoio à República demonstraram aos timoratos dirigentes dos partidos republicanos que esta era uma força a não subestimar.

A 23 de Janeiro, a UON, ou melhor, os trabalhadores e o povo de Lisboa decidem enfrentar os militares sublevados, sediados no Monsanto. Neste assalto participaram operários, pequenos comerciantes, trabalhadores do comércio e intelectuais, a que se juntaram marinheiros sublevados. Após dois dias de combates, os regimentos militares monárquicos são derrotados.

Enquanto muitos republicanos hesitavam, os trabalhadores souberam distinguir o acessório do secundário. Neste momento era necessário salvar a República.

Ultrapassada esta grave crise, restauradas as instituições republicanas, os sindicatos saíram reforçados e não deixaram de fazer sentir ao governo que era a eles, em muito, que se devia. A 23 de Fevereiro é publicado o primeiro número do Jornal Diário A Batalha que, dentro em pouco, passa a ser o 2.º diário de maior tiragem no país.

Da greve geral, mau grado os resultados, ou por isso mesmo, extraíram os sindicatos importantes ensinamentos. O papel desempenhado pela UON reforçou o apoio entre os trabalhadores, reflectido no aumento significativo de novas adesões e o desencadear de lutas que permitiram recuperar o nível de poder de compra de 1914, ao seja, anterior à guerra.

O Primeiro de Maio reuniu, só em Lisboa, mais de 30 000 trabalhadores, tendo como reivindicação central a jornada das 8 horas.

Neste mesmo mês, o Governo publica o decreto n.º 5 516, que institui as 48 ho-

14

O papel do Movimento Sindical nas movimentações pela implantação da República foi fundamental e é muito pouco conhecido





ras de trabalho semanal para todos os trabalhadores da indústria, do comércio e dos serviços. De fora ficaram os agrícolas, os pescadores e ainda outros sectores como a restauração.

Apesar da oposição de muitos patrões, entre eles, Alfredo da Silva, dono da CUF e um dos mais influentes dirigentes patronais.

A 15 de Setembro de 1919 realiza-se, em Coimbra, o II Congresso da União Operária Nacional, em que foi decidido criar a Confederação Geral do Trabalho – CGT.

As lutas travadas no primeiro semestre deste ano, as vitórias alcançadas, permitiram que o movimento sindical saísse reforçado e estimulado para novas conquistas.

No entanto, o aumento da influência anarquista na Direcção da CGT e o seu conhecido apoliticismo inviabilizaram que esta viesse a desempenhar um papel mais interveniente na sociedade portuguesa.

E isto num período em que, não só em Portugal, as forças de direita e fascistas vinham a ganhar terreno.

Nos anos subsequentes, os trabalhadores e o seu movimento sindical prosseguiram a luta pela conquista de melhores condições de vida, mas a direcção da CGT, essa, envolveu-se num processo que viria a conduzir a um significativo enfraquecimento da Central.

As polémicas travadas entre os anar-

quistas e os sindicalistas revolucionários que decidem criar a Federação Maximalista Portuguesa e, mais tarde, o Partido Comunista Português, para além de estereis, revelam-se profundamente nefastas para a normal actividade da Central.

A 30 de Setembro de 1922 realiza-se, durante três dias, o II Congresso da CGT. Mais do que debater os problemas dos trabalhadores e da sociedade portuguesa, este congresso ficou marcado pela discussão quanto a uma hipotética filiação internacional, com os anarquistas a defenderem a filiação na IV Internacional. Os comunistas e os sindicalistas revolucionários apoiavam a Internacional Sindical Vermelha, ainda que não propusessem a filiação.

A direcção decide convocar um referendo para 5 de Abril de 1923.

Neste referendo, cujos resultados só foram tornados públicos a 28 de Setembro, decide-se pela filiação na IV Internacional.

Os reflexos foram desastrosos.

A CGT, que chegou a ter mais de 200 000 filiados em 1921, passou para cerca de 40 000 em 1925.

O III Congresso da CGT, realizado em Santarém, a 23 de Setembro de 1925, confirma a acentuada quebra da influência desta junto dos trabalhadores e na sociedade.

A atitude de indiferença da CGT face ao golpe militar do 28 de Maio de 1926 – quando na Itália, ou em Espanha, por processos semelhantes, se tinham instalado ditaduras fascistas – é um indicador acrescido das debilidades, no plano ideológico, do anarco-sindicalismo, longe ia já a atitude corajosa da tomada de Monsanto e da defesa da República. No deve e haver do papel do movimento operário e sindical na Primeira República parece-nos ser relevante concluir que:

Se bateu corajosamente pela sua im-

plantação e defendeu-a quando estava ameaçada.

Lutou por transformações sociais, económicas e políticas que melhoraram as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores portugueses, sendo de relevar a conquista das 8 horas de trabalho diário, o direito ao descanso semanal obrigatório, a protecção nos acidentes de trabalho, as bases do que viria a ser a segurança social.

Fim

Carlos Carvalho

Conselho Nacional da CGTP-IN

15

Para saber mais:

- CASTRO, Armando de – Ensaio da História Económica e Social.
- FIRMINO, Frutuoso – Da Casa Sindical ao Forte de Sacavém. Afrontamento, 1971.
- GONÇALVES, Bento – Palavras Necessárias. Edições “Avante”.
- LIMA, Campos – O Movimento Operário em Portugal. Edições Afrontamento, 1972.
- OLIVEIRA, César – A Criação da União Operária Nacional. Edição do autor, 1971.
- OLIVEIRA, César – O Operariado e a República Democrática. Seara Nova, 1974.
- PEREIRA, José Pacheco – As Lutas Operárias contra a carestia de vida – A greve geral de 1918. Portugalense editora, 1971.
- ROCHA, Francisco Canais et al. – Tese de Licenciatura em História.
- ROCHA, Francisco Canais; Rosalina Labaredas – Os trabalhadores rurais do Alentejo e o Sidonismo. Edições Um de Outubro, 1982.
- ROSAS, Fernando; Maria Fernanda Rollo – História da Primeira República Portuguesa. Tinta da China, 2009.
- RUIVO, Beatriz; Eugénio Leitão – O Sindicalismo do Funcionalismo Público na Primeira República. Seara Nova, 1977.
- TELO, António José – O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Ulmeiro, 1977.
- VIEIRA, Alexandre – Para a História do Sindicalismo em Portugal. Seara Nova, 1974.

Não há justiça social sem crescimento
prévio e não há crescimento válido sem
prolongamento social.

Assegurar o acesso aos meios e instrumentos culturais é uma prioridade no **mandato 2012-2016**

O investimento na formação das pessoas, na educação e na investigação, deve assumir contornos estratégicos em que a cultura passe a ser encarada como um instrumento privilegiado, que torne possível “mudar a vida”, permitindo que o ser humano seja agente da sua própria vida. Urge integrar a cultura nas necessidades de repor o “trabalho” no centro do desenvolvimento e do crescimento, no reforço da coesão social, no reforço das medidas de protecção e justiça social. Num mundo globalizado onde, de modo crescente, a mercantilização e o individualismo se expandem hegemonicamente em todos os domínios da sociedade, a cultura, para a CGTP-IN e para o movimento sindical, deve constituir modelo interventivo de força contrária, na tentativa de recuperar a integração dos trabalhadores no colectivo da sua identidade. O período de vigência do XII Congresso será marcado por urgências e respostas que tenderão, com naturalidade, a esquecer a cultura. Será possível, mas não desejável, o regresso à dicotomia do “pão” versus “cultura/conhecimento”. Aceitar este pressuposto dicotómico

16

Temos um desafio: a adopção da cultura pelos sindicatos, enquanto vector estratégico de desenvolvimento, na sua relação com os trabalhadores

como inevitável constituiria um erro. O domínio do conhecimento é o caminho seguro para o domínio da economia. A par da reivindicação estratégica do direito ao salário e ao trabalho dignos, a CGTP-IN deverá reforçar a sua convicção de que a cultura deve assumir idêntica centralidade. Assim, e no seguimento das orientações do anterior Congresso, reafirmamos a necessidade de uma preocupação permanente com o acesso dos trabalhadores e das suas famílias aos bens culturais.

Este constitui um desafio: a adopção da cultura pelos sindicatos, enquanto vector estratégico de desenvolvimento, na sua relação com os trabalhadores. Tendo em vista responder a este conjunto de desafios, a CGTP-IN propõe-se dar continuidade à actividade editorial no domínio das questões culturais, mas também no que respeita à divulgação do seu património documental e museológico. A organização de exposições e concursos, nas áreas da literatura, da fotografia, do cinema, entre outras, é uma outra vertente a explorar, onde se pretende, sobretudo, promover a criação artística no mundo do trabalho. Assume-se, também, o desígnio de alargar a rede de protocolos do Cartão CGTP à educação, aos museus e a outras entidades afins, procurando facilitar o acesso dos trabalhadores aos bens culturais e à educação.

No que respeita à Fundação INATEL, a CGTP-IN compromete-se a assumir uma atitude ainda mais interventiva. A CGTP-IN opõe-se a qualquer medida que tenha como consequência

a privatização da Fundação INATEL, considerando que é um património dos trabalhadores. Neste sentido, e tendo em vista uma maior participação do movimento sindical na Fundação INATEL, a CGTP-IN estabelece como prioridades deste mandato: relançar o debate sobre o papel e atribuições das associações sindicais, enquanto representantes do Trabalho, na gestão da Fundação; e pugnar pela concretização da atribuição das funções previstas na alínea d) do n.º 2 do art.º 59.º da Constituição da República Portuguesa à Fundação INATEL. No Centro de Arquivo e Documentação da CGTP-IN, pretende-se dar continuidade ao tratamento arquivístico em curso, tirando partido, nomeadamente, das ferramentas de descrição documental e de divulgação desenvolvidas no âmbito do Projecto de Preservação, Organização e Valorização do Acervo Documental da CGTP-IN. Neste desiderato enquadra-se, prioritariamente, a documentação cujos suportes são, por natureza, mais susceptíveis a uma acelerada deterioração física. Impõe-se, ainda, a criação e aperfeiçoamento das ferramentas de gestão documental, atribuindo especial importância à elaboração de um plano de classificação e tabela de selecção. É igualmente essencial melhorar as condições ambientais a que o arquivo histórico se encontra submetido, bem como as condições de atendimento aos utilizadores. Reforçar o apoio técnico prestado ao movimento sindical é outro dos objectivos que pretendemos concretizar, encetando, designadamente, um processo gradual de diagnóstico dos seus arquivos, procurando conhecer as suas dimensões, conteúdos e estado de conservação.

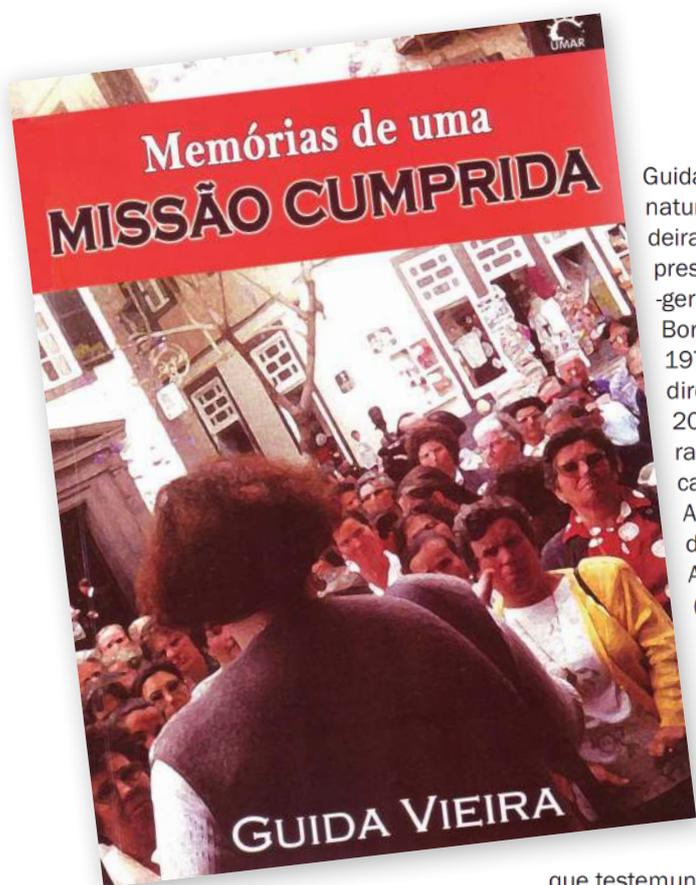
Fernando Gomes

Membro da Comissão Executiva do Conselho Nacional
Responsável pelo Departamento de Cultura e Tempos
Livres e Centro de Arquivo e Documentação da CGTP-IN

Livros

Guida Vieira lançou um livro¹ em que revela as motivações que a levaram a iniciar a sua vida sindical e as razões da sua longevidade enquanto dirigente do Sindicato dos Bordados da Madeira.

Memórias de uma Missão cumprida de Guida Vieira



Guida Vieira, 61 anos, natural do Funchal, bordadeira até aos 17 anos, eleita presidente da assembleia-geral do Sindicato dos Bordados da Madeira em 1974 e presidente da sua direcção entre 1975 e 2001, uma das fundadoras da União dos Sindicatos (USAM) da Região Autónoma da Madeira e da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), e membro do Conselho Nacional da CGTP-IN entre os mandatos de 1983-1986 e 2004-2008².

Publicou, em Outubro de 2010, um livro escrito a pensar nos mais velhos,

que testemunharam o período e os acontecimentos que a autora filtrou nestas memórias, mas também nos mais jovens, procurando mostrar, a uns e a outros, que as conquistas alcançadas

pelos trabalhadores se fizeram à custa de duras e longas lutas, «[...] durante anos de persistência e à custa de muitos sacrifícios pessoais, de muita gente que apenas queria que a sua vida melhorasse um pouco e que as novas gerações de trabalhadores sofressem menos.» (p. 9).

Um livro em que a autora revela as motivações que a levaram a iniciar a sua vida sindical e as razões da sua longevidade enquanto dirigente do Sindicato dos Bordados da Madeira.

Estas memórias são, também, um testemunho da luta pela dignificação de uma profissão, a das bordadeiras, que era, segundo a própria autora, secundarizada pela opinião pública em geral.

Um exercício de memória que tem o mérito, além disso, de revelar algumas das particularidades da actividade sindical no arquipélago da Madeira e de nos oferecer um panorama de uma época que, em certos aspectos, apresentava ainda alguns traços da feudalidade medieval, como era o caso do sistema da colónia e do processo de luta pela sua abolição.

¹ Guida Vieira – *Memórias de uma Missão Cumprida*. Lisboa: UMAR – União de Mulheres, Alternativa e Resposta, 2010. Disponível no Centro de Arquivo e Documentação, com a cota: L/10.229.

² Cfr. José Ernesto Cartaxo – *CGTP-IN: 40 anos com os trabalhadores (1970-2010)*. Lisboa: CGTP-IN, 2011, p. 151.

Bernardo Santareno é um dos dramaturgos portugueses mais importantes e influentes do nosso século XX. Nasceu em Santarém e foi médico de profissão

Bernardo Santareno e o teatro português contemporâneo origens, influências e singularidades de um grande dramaturgo

18 | Bernardo Santareno, um dos dramaturgos portugueses mais importantes e influentes do nosso século XX, nasceu em Santarém em Novembro de 1920. Médico de profissão, trabalhando durante alguns anos nos navios bacalhoeiros que iam para a Terra Nova, trouxe, dessa experiência profissional uma bagagem (de lágrimas, como afirmava), que lhe permitiu escrever um dos livros mais notáveis sobre a saga dos pescadores de Ílhavo: *Nos Mares do Fim do Mundo*. Esse relato, a um tempo sensível e trágico, transportou-o mais tarde para uma das suas peças mais conhecidas: *O Lugre*.

Nos livros de poesia, *Morte na Raiz*, de 1954 e *Romances do Mar*, de 1955, nomeadamente nos romances aí incluídos, encontramos alguns dos temas que irão estruturar grande parte do teatro de Bernardo Santareno: a solidão, a morte, o medo, a angústia, as paixões trágicas, o amor não correspondido, as injustiças, o fatalismo e a religiosidade.

Embora o seu teatro se afaste, na sua iniciação temporal (*A Promessa* e *A Excomungada*, são de 1957 e 59), do período mais fecundo do neo-realismo, encontramos ainda na sua escrita algumas linhas de concordância com o movimento literário mais importante do nosso século XX: uma subliminar denúncia da situação social (*A Promessa*, *O Duelo*, *O Lugre*); a caracterização das personagens e a sua configuração no tecido social (*O Pecado de João Agonia*, *O Lugre*, *O Crime de Aldeia Velha*); uma linguagem alicerçada na prosódia popular, num lirismo de raiz telúrica e as referências à cultura clássica (*António Marinheiro*, *O Lugre*, *O Pecado de João Agonia*, *O Duelo*, *O*

Crime de Aldeia Velha); a religiosidade elementar e as crenças tolhedoras, impeditivas de revolta, de aceitação, de sujeição a um destino, fado, presságio (*Anunciação*, *O Duelo*, *António Marinheiro*, *O Crime de Aldeia Velha*). Na evolução das componentes principais da estrutura teatral, surge na escrita de Santareno (como acontece em Alves Redol, Manuel da Fonseca e Carlos de Oliveira – e mesmo em Miguel Torga) um corpo textual que introduz no drama uma visão histórica, social e dialéctica, épica e de claro sentido marxista (*O Judeu*, *A Traição do Padre Martinho*, *Português, Escritor*, *45 anos de Idade*, *Os Anjos* e *o Sangue* e, principalmente, na sua derradeira peça *O Punho*, texto em que a sua posição social e política melhor se expressa, dado que livre das grilhetas censórias).

Outro dos temas que aproximam Santareno dos seus companheiros neo-realistas, sobretudo de Redol, vamos encontrá-lo na peça *O Duelo*, no antagonismo entre o campino e os senhores da terra, peça em que descortinamos algumas similitudes com o romance *Barranco de Cegos*.

Encontramos igualmente em Santareno, como de resto em grande parte da literatura portuguesa dos anos 1940/50, influências do neo-realismo norte-americano, nomeadamente de John Steinbeck, da peça *Ratos e Homens*, e do romance *Vinhas da Ira*, este também



influenciando Alves Redol no seu *Vindima de Sangue*, último título do Ciclo Port Wine; e Arthur Miller, com *Morte de Um Caixeiro Viajante* e *As Bruxas de Salém* cujos contornos cromáticos, ambientais e linguísticos detectamos igualmente na peça de Santareno *O Crime de Aldeia Velha*, embora me pareça esta última muito mais conseguida, em termos de construção teatral, psicológica e envolvente do que o texto do autor norte-americano.

Bernardo Santareno é, inicialmente, muito influenciado, na linguagem, nos temas, na estrutura dramática, pelo teatro de Federico García Lorca. De resto, os poetas da 1.ª fase neo-realista, como Armindo Rodrigues e Manuel da Fonseca, são igualmente influenciados pelo ritmo



para além das temáticas que os aproximam, na paixão que estes autores nutriam pelas atrizes e nos papéis de relevo que para elas, pensando ne-

e pelo avassalador verbo lorquiano. As componentes poéticas, o sentido ritualista, de presságio e transcendência, as forças ocultas, as premonições, o fascínio pelo mistério da nossa condição, as crenças ancestrais, as paixões redutoras e trágicas, o sangue como elemento estruturante do trágico e um sentido agudo dos elementos como componentes da acção, herdados da tragédia grega (sentido que o autor por vezes subverte, como acontece em *António Marinheiro* – Amália nega-se ao suicídio, negando-se assim à consumação da tragédia) e um gongorismo barroco elementar, aproximam o teatro de Santareno de peças como *A Casa de Bernarda Alba*, *Yerma* ou *Bodas de Sangue*, ou ainda, num sentido mais amplo do discurso político, na sua metáfora, de autores como Alfonso Sastre (de resto quase contemporâneo de Santareno), em peças como *A Mordaça* ou *Guilherme Tell Tem os Olhos Tristes*. O tema da homossexualidade, que Redol também aborda no romance *O Muro Branco*, tem uma forte componente de análise social e psicológica (e de revolta pelos preconceitos ultramontanos, que o autor, corajosamente, denuncia) nas peças de Santareno: *O Pecado de João Agonia*, *A Confissão* e, de forma menos explícita, em *António Marinheiro*. Santareno foi o primeiro dramaturgo português a colocar, de forma corajosa, séria e socialmente relevante, um tema que foi sempre fracturante, ou tratado entre o marialva e o picaresco, tanto no

teatro como na ficção portuguesa. Nesta corajosa acepção, aproxima-se do poeta maldito António Botto, o primeiro entre nós a escrever poemas de temática explicitamente homossexual. No teatro, esta abordagem tem ainda como referentes de excepção o dramaturgo e realizador alemão Rainer Werner Fassbinder, com as peças *As Lágrimas Amargas de Petra Von Kant* e *O Direito do Mais Forte à Liberdade* e o dramaturgo americano, também contemporâneo de escritores neo-realistas como Redol e Manuel da Fonseca, Tennessee Williams (nasceram todos em 1911), com as peças *Bruscamente No Verão Passado*, *Gata em Telhado de Zinco Quente* e *Um Eléctrico Chamado Desejo*.

Quanto a *O Pecado de João Agonia*, peça de 1961, vamos encontrar uma temática muito semelhante, aproximando-se do plágio, no filme *Cenas de Caça na Baixa Baviera*, de Peter Fleischman, de 1969, com guião do próprio realizador, o que nos leva a acreditar que este conheceria a obra de Santareno, tão evidentes são os pontos de abordagem, e a conclusão final, entre uma e outra. A universalidade do teatro de Bernardo Santareno, o seu mais nítido contacto com os grandes dramaturgos do século XX, de Lorca a Brecht, de Fassbinder a Sastre, de Tennessee Williams a Luís Francisco Rebello, consubstancia-se,

las, escreveram: Anna Shygulla, em Fassbinder; Vivien Leigh e Katherine Hepburn, em Tennessee Williams; Amélia Rey-Colaço e Mariana Rey-Monteiro, em Francisco Rebello e Dalila Rocha e Eunice Munõz, em Santareno.

O desejo, encarado por Santareno, Fassbinder, Lorca, Tennessee Williams como uma maldição, motivo e origem de todas as perseguições, inquisições e morte (e loucura, como em Williams), serve ao autor de *O Lugre* como metáfora sobre a ausência de liberdade, a opressão e a intolerância; tal como o fez na abordagem da sexualidade. É neste afrontamento criptográfico que a escrita de Santareno se afirmou contra os códigos vigentes, contra a censura e pôde, subrepticamente inscrever no seu teatro um amplo sentido libertário, de justiça e de dignidade do humano.

O teatro de Santareno pela sua estrutura, do aristotélico inicial, ao épico brechtiano da segunda fase (convergindo aqui com autores como José Cardoso Pires e Luís Sttau Monteiro), ou ao popular revisteiro e o panfletário da última fase; pela linguagem, a um tempo lírica e telúrica, excessiva nas suas reverberações semânticas; pela universalidade e singularidade dos temas que aborda (a solidão, os medos, o desejo, a morte, o erótico), tornam a sua escrita, o seu teatro, não apenas de ressonâncias ibéricas ou limitado a um universo de cultura latina ou mediterrânea, mas de clara expressão universalista.

Só que os nossos teatros nacionais, os nossos encenadores, permanecem alheios a esta singularidade, a este verbo rasante, emocionado e exaltante, a este imaginário que desce aos abismos das nossas mais extensas perplexidades.

Domingos Lobo

Alguns dos temas que estruturam grande parte do teatro de Bernardo Santareno são a solidão, a morte, o medo, a angústia, as paixões trágicas, o amor não correspondido, as injustiças, o fatalismo e a religiosidade

Efemérides Alavanca

14 de Janeiro de 1975

«Quem tem medo do povo? – Perguntou na passada terça-feira, o ministro do Trabalho, capitão Costa Martins, ao falar perante as muitas centenas de milhares de trabalhadores vindos de todo o País que nesse dia se manifestaram para reafirmarem massiva e inequivocamente a sua vontade de ver reconhecido na Lei o principio da unidade sindical. O dirigente dos metalúrgicos de Lisboa, Carlos Carvalho, falando em nome do Secretariado da Intersindical, salientaria esse aspecto [...].

A grande manifestação popular da passada terça-feira, pela sua envergadura, foi “um segundo 1.º de Maio” (no dizer do ministro do Trabalho), mas pelo seu significado político e representação de massas é talvez a mais importante até hoje realizada no País, desde o 25 de Abril. Foi sobretudo uma manifestação da classe operária e de outras classes trabalhadoras, que, numa inesquecível prova de maturidade, ligaram indissolvelmente os seus objectivos de classe do ponto de vista da organização sindical – unidade sindical garantida por lei – com a sua exigência de medidas económicas e sociais profundas (nacionalização da banca, luta contra os despedimentos e carestia de vida, medidas antimonopolistas e antilatifundistas).»

Alavanca, n.º 6, 17 de Janeiro de 1975, p. 2.

17 de Janeiro de 1976

«Contra o aumento do custo de vida.

Mais uma vez o Estádio 1.º de Maio abriu as suas portas a milhares de trabalhadores que ouviram no apelo dos Sindicatos a voz da luta de todos os explorados contra a repressão e a exploração a que o capital deitou mão, para esmagar definitivamente um povo que procura por todas as formas defender a democracia a caminho do socialismo. Na tarde do 17 de Janeiro um grito comum cantou o “Venceremos” enquanto o repetir cadenciado de “a luta continua” venceu a determinação comum de, pela luta de todos os dias, chegar à vitória final.»

Alavanca, n.º 46, Semana de 21 a 27 de Janeiro de 1976, p. 6.

20 27 a 30 de Janeiro de 1977

«O Congresso de Todos os Sindicatos, apesar das ingerências e ataques desenvolvidos contra o Movimento Sindical, mostrou como são fortes, poderosos e invencíveis os sentimentos unitários dos trabalhadores portugueses e como é grande a vitalidade e a maturidade do Movimento Sindical Unitário [...].

Este Congresso foi organizado por uma Comissão Nacional onde estiveram representadas todas as correntes de opinião com efectiva expressão no Movimento Sindical e de acordo com um regulamento discutido e aprovado por 222 Sindicatos. [...] O Congresso registou a inscrição de 272 Sindicatos (89 dos quais não se encontram filiados na CGTP-IN), 14 Federações e 24 Uniões. Este Congresso foi também um Congresso aberto aos olhos do País e do Mundo. Estiveram presentes 50 órgãos de Comunicação Social nacionais, não tendo sido negada entrada (à excepção dos órgãos oficiais de partidos políticos) a todos os que solicitaram a sua presença regularmente.»

Alavanca, n.º 1, Ano I, Abril de 1977, p. 8.

17 e 18 de Fevereiro de 1979

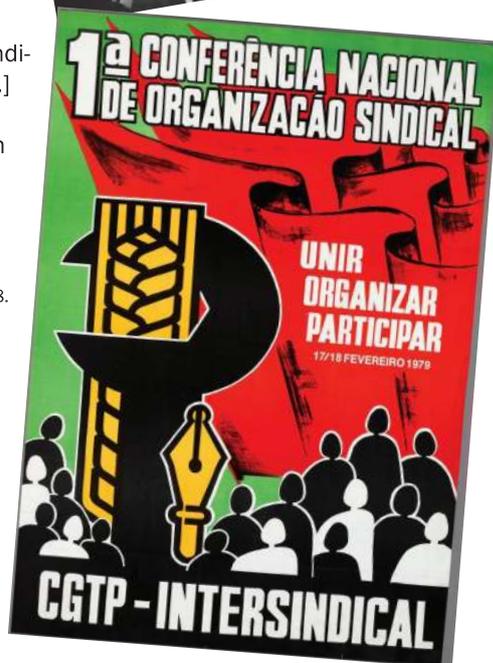
«Este é o caminho certo e seguro para a defesa dos interesses dos trabalhadores, do regime democrático e das conquistas dos trabalhadores portugueses”, afirmou o camarada Armando Teixeira da Silva, secretário nacional executivo da CGTP-IN, ao fazer o balanço final da I Conferência de Organização Sindical que, durante dois dias, a 17 e 18 de Fevereiro, reuniu no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, mais de um milhar de delegados de 294 organizações sindicais, representativas de mais de 1 800 000 trabalhadores.»

Alavanca, n.º 23, Ano 4, Março de 1979, Caderno especial, p. II.

12 de Janeiro de 1980

«Realizou-se no passado dia 12 de Janeiro nas instalações da Faculdade de Letras de Lisboa, o Seminário Sindical Nacional de Tempos Livres, organizado pela CGTP-IN. Este Seminário, de grande importância para a análise e estudo da problemática dos Tempos Livres dos trabalhadores, realizou-se no âmbito dos trabalhos preparatórios do III Congresso da CGTP-IN (Aberto a Todos os Sindicatos).»

Alavanca, n.º 33, Ano 5, Fevereiro de 1980, p. 8.



Pesquisa:

Mónica Rogério

Centro de Arquivo e Documentação
CGTP-IN

Cartão CGTP: Protocolos

Nome	Morada	Contactos	Desconto
Malaposta, Centro Cultural	Rua Angola, 2620-492 Olival Basto	Tel.: 21 938 31 00; Fax: 21 938 31 09; info@malaposta.pt	50% (excepto sessões de preço único)
Companhia de Teatro de Almada	Teatro Municipal de Almada Av. Prof. Egas Moniz 2804-503 Almada	imprensa@ctalmada.pt	50%
A Barraca: Companhia de Teatro	Largo de Santos, 2 1200-808 Lisboa	Tel: 21 396 53 60; Fax: 21 395 58 45 E-mail:barraca@mail.telepac.pt URL: http://www.abarraca.com/	25%
A Escola da Noite: Grupo de Teatro de Coimbra	Rua Pedro Nunes - Oficina Municipal do Teatro Quinta da Nora 3030-199 Coimbra	Tel: 23 971 82 38; Fax: 23 970 53 67 Telemóvel: 96 630 24 88 E-mail: geral@aescoladanoite.pt URL: http://www.aescoladanoite.pt/	20%
A Jangada: Cooperativa Profissional de Teatro	Quinta das Pocinhas 4020 Lousada		10%
ACTA: Companhia de Teatro do Algarve	Escritório: Rua Antero de Qental, 119 8000-210 Faro Estúdio: Rua Cunha Matos,23 8000-262 Faro	Tel: 28 987 89 08/28 988 27 03 Fax: 28 988 27 04 E-mail: geral@actateatro.org.pt URL: http://www.actateatro.org.pt/	30%
Aquilo Teatro	Largo do Torreão s/n Apartado 134 6301 Guarda	Tel. e fax: 27 122 24 99 E-mail: aquilo.teatro@sapo.pt	50%
Cena Aberta: Companhia Teatral de Santarém	Largo Padre Francisco Nunes da Silva, n.º 3 2000-134 Santarém	Tel: e fax: 24 332 88 54 Telemóvel: 91 985 05 90 (Alexandra Baptista) E-mail: cena.aberta@mail.telepac.pt	30%
CENDREV: Centro Dramático de Évora	Teatro Garcia de Resende Praça Joaquim António de Aguiar 7000 Évora	Tel: 26 670 31 12; 26 674 11 81 E-mail:cendrev@mail.evora.net URL: http://www.evora.net/cendrev/	30%
Centro Cultural de Belém	Fundação Centro Cultural de Belém, Praça do Império, 1449-003 Lisboa	Tel.: 21 361 27 00; E-mail: amigoccb@ccb.pt; URL: http://www.cb.pt	20% na subscrição do Cartão Amigo CCB (30% caso a adesão seja feita por débito directo em conta)
Chão de Oliva: Companhia de Teatro de Sintra	Rua Veiga da Cunha, 20 2710-627 Sintra	Tel: 21 923 37 19 Fax: 21 923 14 46 Telemóveis: 91 220 63 84; 91 616 86 39 E-mail:chaodeoliva@chaodeoliva.com	50%
Chapitô: Colectividade Cultural e Recreativa de Santa Catarina	Costa do Castelo, n.º 1/7 1149-079 Lisboa	Tel: 21 885 55 50 Fax: 21 886 14 63 E-mail: mail@chapito.org URL: http://www.chapito.org/#	25%
CiRAC: Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços de Brandão	Av. da Sobreira 4538-251 Paços de Brandão	Tel: 22 744 86 25	15%
Companhia de Teatro de Braga	Teatro Circo Av. da Liberdade, 697 4710-251 Braga	Tel: 25 321 71 67; 25 326 24 03 Fax: 25 361 21 74 E-mail:ctb@mail.telepac.pt; info@ctb.pt URL: http://www.ctb.pt/	50%

Comuna: Teatro Pesquisa	Praça de Espanha 1070-024 Lisboa	Tel: 21 722 17 70/6 Fax: 21 722 17 71 E-mail: geral@teatrocomuna.pt URL: http://www.comunateatropesquisa.pt/	50%
Ensemble: Sociedade de Actores	Trav. da Telheira - Telheiró Avioso (Santa Maria)	Tel: 22 982 63 18	
Lua Cheia: Teatro Para Todos	Rua da Casquilha, 16, 7.º Dto 1500-152 Lisboa	Tel: 21 443 05 91; 96 604 64 48 (Ana Enes) Fax: 21 009 34 44 E-mail: teatro@luacheia.pt URL: http://www.luacheia.pt/	15%
Marionetas, Actores e Objectos Grupo de Teatro	Largo de São Domingos, 46 r/c 4900-330 Viana do Castelo	Telemóvel: 96 459 63 13 (Carla Magalhães) E-mail: marionetas.viana@gmail.com; marionetas_viana@hotmail.com URL: http://www.teatrinho.com.pt/	50%
Quarta Parede: Associação de Artes Performativas da Covilhã	Rua Mateus Fernandes, n.º 135, 2A, 6200-072 Covilhã	Tel. e fax: 27 533 56 86 Telemóvel: 96 978 53 12; 96 901 42 54 E-mail: qp@quartaparede.pt URL: http://www.quartaparede.pt	40%
Te-ato: Grupo Teatro de Leiria	Rua Pedro Nunes, 15 (ao Terreiro) Apartado 1066 - 2401-801 Leiria	Tel./fax: 24 482 84 79; T elemóvel: 96 290 43 85; E-mail: teatroleiria@gmail.com; te-ato@alcachofra.net; URL: http://www.alcachofra.net/Te-Ato/	30%
Teatro 3 EM PIPA: Associação de Criação Teatral e Animação Cultural	Monte Novo do Serrinho Apartado 150 - 7630 Ode- mira	"Tel: 28 338 66 49 Fax: 28 338 66 49 E-mail: 3empipa@sapo.pt Telemóvel: 96 233 94 69	30%
URL: http://www.teatro3empipa.com/ "	20%	Tel: 28 338 66 49; Fax: 28 338 66 49; E-mail: 3empipa@sapo.pt; Telemóvel: 96 233 94 69; www.teatro3empipa.com/	20%
Teatro Art'Imagem	Rua da Picaria, 89 4050-478 Porto	Tel: 22 208 40 14 Fax: 22 208 40 21 E-mail: producao@teatroartimagem.org URL: http://www.teatroartimagem.org/	30%
Teatro Casa da Comédia: Filipe Crawford Produções Teatrais	Rua são Francisco de Borja, n.º 22 1200-843 Lisboa	Tel: 21 395 94 17/8 Fax: 21 395 94 19 E-mail: casadacomedia@mail.telepac.pt URL: http://www.filipecrawford.com	Desconto conforme a época teatral
Teatro d'O Semeador: Teatro de Portalegre	Convento de Santa Clara Apartado 264 7300-901 Portalegre	Tel: 24 520 78 94	25%
Teatro da Cornucópia: Teatro do Bairro Alto	Rua Tenente Raúl Cascais, 1-A 1250-268 Lisboa	Tel: 21 396 15 15; 21 396 92 05 Fax: 21 395 45 08 E-mail: info@teatro-cornucopia.pt URL: http://www.teatro-cornucopia.pt/htmls/home.shtml	20%
Teatro da Garagem: Teatro Taborda	Costa do Castelo, 75 1100-178 Lisboa	Tel: 21 885 41 90 Fax: 21 868 85 50 E-mail: geral@teatrodagaragem.com URL: http://www.teatrodagaragem.com	50%
Teatro das Beiras	Travessa da Trapa, 2 Apartado 261 6201-909 Covilhã	Tel: 27 533 61 63; Fax: 27 533 45 85 Telemóvel: 96 305 59 09 E-mail: geral@teatrodasbeiras.pt URL: http://www.teatrodasbeiras.pt/home.asp	40%

Teatro de Animação de Setúbal	Forum Municipal Luisa Todi 2900 Setúbal	Tel: 26 553 24 02 Fax: 26 522 91 30 E-mail: tas.setubal@netcabo.pt	25%
Teatro de Ferro	Rua do França, 8/58, 4400-174, V. N. Gaia	Tel.: 22 370 00 11; 96 256 96 56; E-mail: geral@teatrodeferro.com, teatrodeferro@gmail.com; URL: www.teatrodeferro.com, www. myspace.com/teatrodeferro	20%
Teatro de Marionetas do Porto	Rua de Belomonte, 57 4050-097 Porto	Tel: 22 208 33 41 Fax: 22 208 32 43 E-mail: teatro@marionetasdoporto.pt URL: http://www.marionetasdoporto.pt	20%
Teatro do Bolhão: Academia Contemporânea do Espectáculo	Praça Coronel Pacheco, n.º 1 4050-453 Porto	Tel: 22 208 90 07 Fax: 22 208 00 52 E-mail: teatrodobolhao@ace-tb.com	50%
Teatro do Noroeste	Teatro Municipal Sá de Miranda Rua Sá de Miranda 4900 Viana do Castelo	Tel: 25 882 28 05 E-mail: teatro-municipal@cm-viana- -castelo.pt URL: http://www.cm-viana-castelo. pt/teatro/noroeste.htm	50%
Associação Cultural Teatro dos Aloés	Rua António Ferreira n.º 1, 9.º Dto. 2650-386 Amadora	Tel.: 21 814 08 25/91 664 82 04; E-mail: teatrodosaloes@sapo.pt; URL: http://www.teatrodosaloes.pt	50% (válido para os espectáculos nos Recreios da Amadora, Avenida Santos Mattos, n.º 2, Amadora)
Teatro Experimental de Cascais	Teatro Municipal Mirita Casimiro Av. Marechal Carmona, 6 B	Tel: 21 467 03 20 Fax: 21 483 21 86 E-mail: t.e.c@netcabo.pt URL: http://www.tecascais.org/#	50%
Teatro Extremo	Rua Serpa Pinto, n.º 16 Apartado 124 2801-801 Almada	Tel: 21 274 22 20; 21; 272 36 60 (Escritório) Fax: 21 272 36 69 (Escritório) E-mail: teatro@teatroextremo.com URL: http://www.teatroextremo. com/te.htm	25%
Teatro Fórum de Moura	Rua Cardeal Lacerda, 8, 7860-018 Moura	Tel.: 96 009 32 69/96 670 60 36; E-mail: teatrofmoura@gmail.com; URL: http://www.teatroforumdemoura.blogspot.com	20%
Teatro Infantil de Lisboa	Rua Tereiro do Trigo, n.º 66, 5.º C 1100-604 Lisboa	Tel: 21 886 05 03; 21 715 40 57 (Bilheteira) Fax: 21 887 25 58 E-mail: info@til-tl.com; URL: http://www.til-tl.com/	7,00€ de desconto por bilhete
Teatro Nacional São João	Praça da Batalha 4000-102 Porto	Linha verde: 800 10 8675 Tel: 22 340 19 00 Fax: 22 208 83 03 E-mail: geral@tnsj.pt URL: http://www.tnsj.pt	5€ na compra de bilhetes para os espectáculos do TNSJ, para lugares de Plateia (também no Teatro Carlos Alberto) e Tribuna; 50%, incluindo acompanhante, mediante aquisição dos bilhetes com 48 horas de antecedência.
Teatro o Bando	Vale de Barris Apartado 152 2950-055 Palmela	Tel: 21 233 68 50 Fax: 21 233 42 41 E-mail: geral@obando.pt URL: http://www.obando.pt/	Preço único de 5€
Teatro Pé de Vento: Colectivo de Animação Teatral	Rua da Vilarinha, 1386 4100-513 Porto	Tel: 22 610 89 24 E-mail: pevento@clix.pt	50%
Teatroesfera	Rua Cidade Desportiva, 2745-012 Queluz	Tel: 21 430 34 04; Fax: 21 430 17 57; E-mail: geral@teatroesfera.com; URL: http://www.teatroesfera.com	50%



Exposição Comemorativa do 40º Aniversário da CGTP-IN.
Lisboa, Praça Luís de Camões, 3-11.12.2010.



Exposição Comemorativa do 40º Aniversário da CGTP-IN.
Lisboa, Praça Luis de Camões, 3-11.12.2010.

CGTP-IN: 40 anos de luta com os trabalhadores (1970-2010)

24

O livro dos 40 anos de luta com os trabalhadores destaca os principais acontecimentos que marcaram os quarenta anos de história da Intersindical, apresentados por ordem cronológica e distribuídos por seis capítulos: 1. A fundação da Intersindical e as principais acções, lutas e iniciativas de carácter central e nacional; 2. os primeiros de Maio: Dia Internacional dos Trabalhadores; 3. as greves gerais; 4. os congressos; 5. os dirigentes da CGTP-IN; o hino da Intersindical Nacional (música e letra).

A selecção e organização dos eventos apresentados, bem como a introdução geral, são da autoria de José Ernesto Cartaxo, dirigente sindical com uma actividade que remonta ao período de formação da Intersindical e um dos autores da obra Contributos para a história do movimento operário e sindical: das raízes até 1977, editada e apresentada pela CGTP-IN em Janeiro de 2011.

A publicação encontra-se profusamente ilustrada com materiais de arquivo, sobretudo cartazes e fotografias. Alguns destes documentos são, seguramente, publicados pela primeira vez, dado que, no âmbito do Projecto de Preservação, Organização e Valorização do Acervo Documental da CGTP-IN (Setembro 2009 – Agosto 2011), foi possível recuperá-los e organizá-los.

A CGTP-IN celebrou, no ano transacto, o seu 40.º aniversário. Uma das iniciativas comemorativas passou pela edição da obra CGTP-IN: 40 anos de luta com os trabalhadores (1970-2010), apresentada na União dos Sindicatos do Porto, a 11 de Maio de 2011, e na Feira do Livro de Lisboa, a 14 do mesmo mês.



Apoio de:

